



A RESSOCIALIZAÇÃO PELOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Selson Garutti¹; Rita de Cássia da Silva Oliveira².

RESUMO: Ao ensejo de analisar os trabalhos da área da educação prisional, produzidos entre os anos de 1975 a 2012 pelos Organismos Internacionais (ONO & UNESCO & BRASIL). Tendo como referencial teórico André *et al* (1999), Ferreira (2002) e Universitas (2000) e, como objetivo explicitar contribuições para o debate das questões educacionais para sujeitos privados de liberdade de modo a evidenciar o lugar e a importância que o tema teve nesse período. Foram identificadas temáticas e preocupações expressas pelos pesquisadores, bem como perspectivas teóricas dessas abordagens ao mesmo tempo em que se discutiram tarefas que cabem à educação e delinham sua identidade e a especificidade de suas contribuições para o entendimento do sentido da educação tanto no âmbito teórico, quanto na esfera prática.

PALAVRAS-CHAVE: ONU; UNESCO; Ressocialização.

1. INTRODUÇÃO

Na área da Educação, muitos estudos têm sido realizados com o propósito de analisar o movimento, de largo espectro, das reformas e políticas públicas constituídas no campo educacional, inaugurado em meados do século passado e consolidado no início do século XXI, no Brasil. Esse movimento vem gerando impactos interessantes no horizonte educacional brasileiro de um lado, e por outro a preocupação por parte da comunidade científica e acadêmica devido à imposição sorrateira de uma política nacional de avaliação em todos os níveis de ensino e a expansão desordenada da oferta de ensino superior, principalmente, na modalidade de Educação a Distância. Nessa perspectiva, o presente trabalho se inscreve nesse universo de pesquisa do Estado de Conhecimento sobre a produção das Agências Internacionais para analisar os documentos produzidos sobre políticas públicas e sobre educação prisional por estas Agências Internacionais. Nessa pesquisa buscou-se evidenciar as concepções e os autores envolvidos na formação dos pesquisadores em educação envolvidos com o tema em análise. A partir desse *lócus* particular e do exame de todas as bases de dados das Agências Internacionais, entre os períodos de 1975 a 2012.

2. MATERIAL E MÉTODO

Essa pesquisa compreende quatro etapas no processo de seleção que são:

¹ Licenciado em Filosofia pela USC e História pela UEM, Especialista em Pesquisa Educacional pela UEM e Mestre em Ciências da Religião pela PUCSP. Doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Professor de Filosofia pelo Estado do Paraná. selsongarutti@hotmail.com

² Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Programa de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Professora do Programa de Mestrado da Faculdade Católica de Palmas. E-mail: soliveira13@uol.com.br

1. Levantamento documental: Trabalho aleatório na internet para a identificação de databases e indexes; database da área da educação; electronics journals por área de conhecimento – educação prisional pelas Agências Internacionais;
2. Categorização dos trabalhos por temáticas e distribuição entre os temas: Cruzamento das entradas por banco de dados e palavras-chave: EDUCAÇÃO; EDUCAÇÃO PRISIONAL; CELA DE AULA; PENITENCIÁRIA;
3. Leitura e análise dos textos: Identificação dos bancos de dados que continham documentos produzidos sobre educação prisional, integrantes, principalmente do debate sobre ressocialização e reinserção prisional;
4. Captação dos textos: Elaboração de quadros conceituais e relatório final <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas>>.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão a respeito da educação prisional só recentemente passou a receber mais destaque efetivo deixando de ser proposição coadjuvante e tornando-se objeto central de pesquisa acadêmica. Assim, contribuindo com a pesquisa no campo educacional será confeccionada um levantamento a partir do estudo do tipo “Estado do Conhecimento”, também chamado de “Estado da Arte”, pelo qual se busca identificar trabalhos acadêmicos sobre a modalidade da educação prisional para sujeitos privados de liberdade entre os anos de 1975 a 2012.

Conforme a tabela 01, a documentação oficial produzida pela ONU tem tratado sobre a questão da dignidade humana, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), passando pelas regras mínimas para o tratamento dos Presos (ONU, 1955) até a Carta Africana sobre Direitos humanos (ONU, 1981). Sua preocupação sempre foi com respeito aos direitos humanos, mas não tratou da educação como um direito, sempre o fez de forma muito genérica, pois a maior preocupação era contra a tortura ainda praticada nas cadeias e na manutenção da integridade física e moral dos sujeitos privados de liberdade.

ANO	TABELA 01: ONU	TOTAL
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos;	01
1955	Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos;	01
1966	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos;	01
1975	Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Inumanos ou Degradantes;	01
1981	Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos;	01
FIM		05

Já a UNESCO, (tabela 02), teve uma abertura maior para a questão da educação, embora tenha produzido documentos desde 1995, a preocupação mais específica com a educação só se tornou plausível a partir da V CONFITEIA (1999), reafirmando essa preocupação e efetivando o compromisso da educação para todos em Dacar (2001).

ANO	TABELA 02: UNESCO	TOTAL
1995	La educación básica en los establecimientos penitenciarios;	01
1998	Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem;	01
1999	Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro [CONFINTEA V a]; Educación de las personas adultas y los desafíos del siglo XXI [CONFINTEA V b];	02
2001	Educação para todos: o compromisso de Dacar;	01
2004	A UNESCO no Brasil: consolidando compromissos;	01
2006	Educando para a liberdade: trajetórias, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras;	01
2007	Estratégia a prazo médio para 2008–2013;	01
2008	Educación en prisiones en Latino américa: derechos, libertad y ciudadanía;	01
2009	Educação em prisões na América Latina: direitos, liberdade e cidadania;	01
2010	Marco de ação de Belém [CONFINTEA VI];	01
FIM		11

No Brasil não foi diferente, conforme pode ser verificado na tabela 03. A primeira documentação produzida oficialmente foi a LEP (1984), destacando a educação de forma genérica. Depois, a educação prisional passou a ser tratada como modalidade EJA na resolução CNPCP nº 03/2009 e o cume da questão educacional no sistema prisional com o parecer CNE/CEB nº 04/2010.

ANO	Tabela 03: BRASIL	TOTAL
1984	Lei de Execuções Penais nº 7.210, de 1.984;	01
1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988;	01
1994	Resolução CNPCP nº 14/1994;	01
1996	Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº 9.394/96, de 1.996;	01
2001	Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE);	01
2009	Resolução CNPCP nº 03/2009;	01
2010	Resolução do CNE/CEB nº 02/2010; Parecer CNE/CEB nº 04/2010; Lei nº 12.245, de 25 de maio de 2010 / Lei de alteração do Artigo nº 7.210, de julho de 1984 / Lei de execução Penal;	03
2011	Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho;	01
FIM		10

Com esse discurso aparente de flexibilização que induz a uma interpretação de que o Estado seja permeável às intervenções da sociedade civil na organização educacional do sistema prisional como um todo acaba sendo muito mais um discurso evasivo do que uma prática concreta. Como o sistema prisional em sua maioria está sob a responsabilidade dos Estados da Federação, o Governo Federal “lava as mãos” e os Governos Estaduais deposita nas direções das Unidades prisionais a responsabilidade sobre a administração das ações educacionais. Como nem a direção das unidades e nem a equipe de funcionários ou não querem ou não tem condições de gerenciar e/ou promover essas ações. Tais ações ficam a cargo das ONGS e da sociedade civil como um todo. Das várias ONGS que recebem verbas governamentais em nome de ações de promoção de políticas públicas, muitos acabam não realizando nenhuma atividade efetiva para a ressocialização e reinserção dos sujeitos apenados, sobrando apenas à sociedade civil, a qual finalmente, sem nenhuma condição plausível acaba por não fazer nada e ainda levando a culpa da falência do sistema prisional. O discurso estatal gera uma falsa impressão de autonomia nas unidades prisionais conferidas às administrações que acabam por resultar na impossibilidade de implementação de ações das políticas públicas propostas pela administração central da educação penitenciária, sendo razoável que as parcelas entre público e privado sejam uma constante nas ações das políticas públicas.

4. CONCLUSÃO

Pela confecção dessa pesquisa do estado de conhecimento podem ser analisadas as pesquisas referentes à educação prisional, usando os documentos institucionais produzidas como fonte primária para analisar a produção no campo da educação, bem como possibilitar indícios necessários para pesquisas ainda não realizadas sobre o tema tão atual quanto relevante. Concluir que muito pouco foi produzido. Conclui-se ainda, que tanto a ONU quanto a UNESCO foram Agências Internacionais para a consecução do Parecer nº 04 de 2010 no Brasil. Pois foi com a produção de cinco documentos pela ONU e onze documentos pela UNESCO que se pode culminar na efetivação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (o Parecer nº 04 de 2010). Não se pode perder de vista a difusão das ideologias dominantes embutidas na documentação produzida pela ONU e pela UNESCO, bem como, a documentação produzida no Brasil.

5. REFERÊNCIA

ANDRE, M.; SIMÕES, R.H.S.; CARVALHO, J.M.; BRZEZINSKI, I. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

DALE, R. **Regional Organizations as a medium of globalization of education.** Workshop: Reflecting Globalization effects on national education policy. Hong Kong: City University of Hong Kong/Comparative Education Policy Research Unit, 19.09.2000 (mimeo)

FERREIRA, N.S.A. As pesquisas denominadas Estado da Arte. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 79, Agosto/2002, p. 257.

UNIVERSITAS: a produção científica sobre educação superior no Brasil, 1968 – 2000. Porto Alegre: GT Política de Educação Superior/ ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas/>

Anais Eletrônico

VIII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
UNICESUMAR – Centro Universitário Cesumar
Editora CESUMAR
Maringá – Paraná – Brasil